

Mídia Alternativa para um desenvolvimento alternativo na Amazônia

Rosane Maria Albino Steinbrenner¹

Doutoranda do programa de Pós-graduação em
Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
PDTU/NAEA/UFPA.

Thomas Peter Hurtiène²

Professor Adjunto do
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos -NAEA/UFPA

Resumo:

Este artigo trabalha com a premissa de que a construção de um desenvolvimento sustentável na Amazônia exige modos e meios de comunicação também alternativos. A partir de uma visão interdisciplinar, pretende discutir a relação entre mídia, enquanto esfera pública contemporânea, espaço privilegiado de construção de sentido, e o desenvolvimento na Amazônia, região reconhecida pela contradição de interesses e reafirmação de estereótipos. A noção de desenvolvimento sustentável em questão, tem caráter multidimensional, ou seja, vincula o adjetivo “sustentabilidade” não só a sua dimensão ambiental e econômica, mas também social e cultural, tendo o protagonismo dos atores locais como fator central. Nesse contexto, insere a discussão sobre a democratização dos meios e a concentração dos fluxos de informação sobre a região. Por fim, aponta as rádios comunitárias - fenômeno de mídia alternativa e popular sem precedentes no país e fortemente expressivo na região, porém ainda invisível aos gestores públicos – como novos lugares de *mediação* social com capacidade potencial de operar como alternativa ao sistema tradicional dos meios de comunicação de massa e, portanto, também mais propícia a uma comunicação centrada no interesse público e voltada ao desenvolvimento sustentável. Capaz, quem sabe, de não apenas reproduzir estereótipos, mas a partir da diversidade das realidades locais, produzir uma visão não hegemônica da região.

Palavras-chaves: Mídia alternativa, Amazônia, desenvolvimento, rádios comunitárias

Introdução

Mídia alternativa para um desenvolvimento alternativo. De forma simplificada, isso significa dizer que a construção de um desenvolvimento sustentável na Amazônia, pauta global nos dias de hoje, exige modos e meios de comunicação também alternativos. Esta é a

¹ Jornalista pela Universidade Federal do Paraná (1985), possui especialização e mestrado em Gestão e Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA). Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do NAEA. <http://lattes.cnpq.br/1508467019000744>

² Professor Adjunto da Universidade Federal do Pará, atualmente vice-diretor do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, possui mestrado em Sociologia pela Freie Universität Berlin (1974) e doutorado em Economia pela Freie Universität Berlin (1983). <http://lattes.cnpq.br/7133222063843073>

premissa que embala este artigo, que tem como base estudo de doutoramento³ em curso no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPa), no qual enfrentamos como tema e problemática a relação entre comunicação e desenvolvimento na Amazônia, região reconhecida pelas contradições de interesses e reafirmação de estereótipos.

Neste artigo, o que propomos é, a partir de uma visão interdisciplinar, com base num conjunto de autores, discutir a relação entre mídia, enquanto esfera pública contemporânea, espaço privilegiado de construção de sentido, e o desenvolvimento sustentável na região. Fazemos uso do termo “mídia” ou “mídias” para nos referir especialmente, ainda que não apenas, aos meios de comunicação de massa para transmissão de informações e notícias (jornais, rádio, revistas, televisão), e do termo “mídia alternativa” como indicação àqueles que se colocam como uma opção ideológica ao mercado com projeto mais claro de enfrentamento da chamada grande mídia (GINDRE, 2004). Uma noção que se insere na tradição contra-hegemônica da comunicação, nas discussões sobre os efeitos das desigualdades na concentração global de meios e fluxos de informação⁴.

Já a noção de desenvolvimento a que se refere este estudo tem caráter multidimensional, ou seja, vincula o adjetivo “sustentabilidade” não só a sua dimensão ambiental e econômica, mas também social e cultural (SACHS, 2005; VEIGA, 2004). Tem o “local” como palco central da territorialidade e a endogenia como vetor do desenvolvimento (BARQUEIRO, 2002). Pressupõe, portanto, o protagonismo dos atores locais como fator central na construção de um desenvolvimento humano (SEN, 2000) local sustentável.

Nessa construção, a comunicação ocupa nos dias de hoje, espaço privilegiado. Vivemos num tempo em que, cada vez mais, os processos sociais e as interações humanas são mediados pela tecnologia. As sociedades contemporâneas são hoje, em sua maioria, centradas na mídia, o que significa dizer que dependem da mídia para a construção do conhecimento público que possibilita que cada um e nós tomemos decisões cotidianas (HABERMAS, 1984; MATTELAR, 2002, 2003; RUBIM 1998; THOMPSON, 1999). A comunicação midiaticizada e mediadora das interações humanas (BARBEIRO, 2006) torna-se assim o principal operador de sentidos sobre o que sabemos e entendemos do mundo ao nosso redor e, como espaço

³ O projeto de tese Intitulado "Rádios Comunitárias como sistema de comunicação alternativa para o desenvolvimento sustentável: prospecção de cenário e estudo de casos na Amazônia paraense" integra projeto de pesquisa de mesmo nome, o qual conta com o apoio da FAPESPA (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará). A autora é bolsista do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

⁴ Tal vertente tem como marco inicial as discussões, no pós-guerra, dos países não-alinhados, por uma Nova Ordem da Informação e Comunicação (NOMIC, 1984). O documento foi editado no Brasil (FGV, 1984) sob o título "Um Mundo e Muitas Vozes". Sobre o assunto ver Gustavo Gindre (2004).

público privilegiado, ajuda a construir visões de mundo que definem entendimentos e modos de ação sobre uma certa realidade e região.

Isso vale, sob o foco da globalização, não apenas para os cenários urbanos das grandes metrópoles, mas para áreas mais isoladas, como algumas regiões da Amazônia, onde, ainda hoje, na chamada Era da Informação ou da Comunicação, subsiste um complexo universo social que mistura parâmetros de modernidade e de urbanidade, com parâmetros de sociedades tradicionais pré-industriais, profundamente rudimentares no que diz respeito à infra-estrutura e oportunidades. Antenas parabólicas espalhadas ao longo das rodovias e ao largo dos furos e igarapés na teia dos rios da região indicam que mesmo lá, nos confins mais isolados, a trama local/global já se instala desafiadoramente.

Desenvolvimento sustentável: conceito multidimensional

Quando aludimos ao termo “desenvolvimento alternativo“ estamos nos referindo à noção de “desenvolvimento sustentável” que já na sua origem, pela constatação da finitude dos recursos naturais do planeta, postulava distinguir-se do modelo ultraliberal que entende desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico. A noção aqui defendida tem como base um conjunto de autores (SACHS, 2005; VEIGA, 2004; BARQUEIRO, 2002; SEN, 2000) que ao longo das últimas quatro décadas foram expandindo o conceito e construindo entendimentos que permitem discutir o desenvolvimento e o adjetivo “sustentabilidade” em seu caráter multidimensional. Ou seja, não circunscrito às dimensões ambiental e econômica (sentido que de certa forma cristaliza-se nos anos 90, após a Rio 92, gerando modismos e senso comum em torno do binômio "crescer e preservar") mas a seus vínculos com as dimensões social e cultural.

Esta visão mais ampliada e multidimensional de desenvolvimento já estava presente no conceito de “ecodesenvolvimento” - enunciado por Ignacy Sachs no início dos anos 70, durante a Primeira Conferência de Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU (Organização das Nações Unidas), realizada em Estocolmo, na Suécia, em 1972 - que anos depois irá originar a expressão desenvolvimento sustentável em seu conceito mais citado - concebido como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades” (BRUNDTLAND, 1987)⁵.

⁵ Tal conceito está presente no Relatório Brundtland (1987), verdadeiro marco, divisor de águas, na visão global do desenvolvimento, resultado de uma pioneira e hábil articulação de interesses entre os países mais ricos, encabeçada pela Primeira-Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, que dá nome ao relatório, na época presidente da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) da Organização das Nações Unidas.

A noção de ecodesenvolvimento evidencia que a discussão ambiental nasce vivamente impregnada por preocupações sociais⁶. Baseado no tripé eficiência econômica, equidade social e prudência ecológica, sua concepção de desenvolvimento propunha uma combinação entre crescimento econômico, aumento igualitário do bem-estar social e preservação ambiental. Essa vertente de um ambientalismo social vai se evidenciar e ganhar contornos mais definitivos na reunião de especialistas realizada em Cocoyoc, no México em 1974, organizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUMA) e pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD).

A Declaração de Cocoyoc, como ficou conhecida, é considerada fundamental para a construção da nova percepção da relação entre sociedade e natureza. O documento de oito páginas afirmava entre outras coisas que o fracasso da sociedade mundial em fornecer "uma vida segura e feliz para todos não é causada por qualquer carência presente de recursos, mas sim pela má distribuição e uso dos recursos disponíveis, tanto do ponto de vista econômico quanto social" (GODOY, 2007)

Globalização e concentração

A partir da Conferência Mundial da Cúpula do Meio Ambiente, a Rio 92, a questão ambiental passa a ser descoberta como uma "política própria, [...] indispensável para solucionar os graves problemas que afetam as sociedades industrializadas" (FREY, 2005:112). Avanços significativos foram alcançados em relação aos arranjos institucionais e às práticas de mediação em consequência do debate ambiental no mundo (Tratado do Clima, Agendas 21, etc.). A discussão, no entanto, da relação custo/benefício a ser vivida pelas nações desenvolvidas permaneceu em aberto. Da mesma forma como continua em aberto a discussão que recai sobre os indivíduos frente às exigências planetárias por mudanças de atitude e de padrões de consumo, prenunciadas no início dos anos 70.

Importante também considerar que é na década de 1990, quando se afirma globalmente um novo paradigma norteador do desenvolvimento, que busca romper com a tradição de um foco restrito sobre a acumulação e o crescimento econômico, que acontece, simultaneamente, um recrudescimento do (neo)liberalismo e a acentuação do fenômeno da mundialização do capital e de seu discurso hegemônico (FREY, 2003; CHESNAIS, 1996). A

⁶ Inúmeros fatos e ações desencadeadas ao redor do mundo a partir dos anos 60, como resultado da relação desigual entre os homens e entre estes e a natureza acabaram por contribuir para o surgimento desta nova concepção de desenvolvimento⁶. Uma nova série de catástrofes ocorridas entre os anos 70 e 80 irão alertar a sociedade mundial ainda mais para os impactos sociais dos problemas ambientais. Descobriu-se que a droga talidomida causava má-formação congênita em recém-nascidos; cientistas afirmaram que a morte de peixes e outros organismos em milhares de lagos da Suécia era resultado do longo alcance de poluição atmosférica vinda da Europa Ocidental; derramamento de petróleo afetava toda a pitoresca costa norte da França; no Brasil, a poluição do ar de Cubatão fazia bebês nascerem sem cérebro (*anencefalia*).

partir daí, a concentração de meios, através de uma onda de fusões e formação de mega empreendimentos, passa a constituir-se como modelo global para todos os setores da economia, inclusive e acentuadamente no setor das comunicações.

Na atualidade, a comunicação está sob o domínio de meia-dúzia de empresas transnacionais que controlam áreas coligadas da mídia (TV aberta e paga, cinema, rádio, Internet, locadoras de vídeo, gravadoras), sob efetiva hegemonia dos EUA como pólo de produção e distribuição de conteúdos (MORAES, 2000). No Brasil, este padrão universal de concentração da propriedade de meios de comunicação gira em torno também de meia dúzia de empresas familiares, que controlam 668 veículos (TVs, rádios e jornais) de comunicação no país - que funcionam na prática como “instrumentos de poder regional e nacional” (HERTZ, 2002). Regionalmente isso não é diferente.

Na região Norte, formada por sete estados que ocupam perto de 46% da área total do território nacional e que representa 75% da área da Amazônia Legal, apenas três grupos, atuando sob o modelo de propriedade cruzada são considerados grupos midiáticos de caráter regional, ou seja, chegam a exercer influência para além de suas fronteiras. Dos três grupos com poder regional, dois estão sediados no Pará, território foco da pesquisa - Organizações Rômulo Maiorana (ORM)⁷ e Rede Brasil Amazônia (RBA)⁸, ambos com sede em Belém - e um no Amazonas, a Rede Amazônica de Rádio e Televisão (RMART) com sede em Manaus (CREPALDI, 2005). Tal concentração, evidentemente, se traduz na direção dos fluxos de informação e, portanto, na definição e orientação de sentido.

Concentração de meios, centralidade de fluxos, controle de sentido

Nesse contexto, dois fatores merecem atenção: a concentração dos meios de comunicação, como já vimos, repetição de um modelo global centrado no mercado, e a histórica repetição de sentidos sobre a Amazônia. Este, diz respeito à construção da visão hegemônica sobre o que vem a ser e para que serve a região amazônica. Aquele, diz respeito à manutenção desta visão, sempre a partir de interesses externos e hegemônicos.

⁷ As Organizações Rômulo Maiorana são consideradas o maior grupo de comunicação da região Norte. O grupo possui tanto veículos impressos como audiovisuais. Todas as emissoras e retransmissoras do grupo são afiliadas à Rede Globo. O grupo tem o poder de fogo de dois jornais diários, nove emissoras que geram imagem de TV (duas emissoras e 7 associadas), 90 retransmissoras, oito emissoras de rádio, um portal de internet e uma TV a cabo, tudo isso com o selo da Rede Globo (PINTO, 2006)

⁸ O grupo RBA constituiu-se desde o início como um projeto político, de propriedade da família do deputado Jader Barbalho (PMDB). Na atualidade, por forças das alianças nacionais e regionais, mantém laços estreitos com o atual governo do Pará, sob administração do partido do Trabalhadores. O grupo possui 1 jornal, 5 rádios, 1 emissora de televisão e 1 retransmissora, afiliadas à Rede Bandeirantes. O grupo também atua em outros setores além da comunicação, como agropecuária (1 ranário e três fazendas) e esporte (time de futebol *Ananindeua Esporte Clube*) (CREPALDI, 2005).

Isso significa dizer que para quem vê, lê ou ouve sobre a região a partir dos discursos midiáticos, a Amazônia (re)surge reiteradamente pela visão exógena, e por meio da expressão do Eldorado sempre renovado, ou seja, pela disputa do apropriação e uso de seus exuberantes recursos naturais (DUTRA, 2005; SANTOS, 2002; BUENO, 2002; STEINBRENNER, 2007). Esta recursividade de sentidos em torno da hipérbole e do exótico pode ser observada tanto em produtos midiáticos de circulação nacional quanto local. Magali Bueno (2002), em sua dissertação de mestrado, analisa o imaginário brasileiro sobre a Amazônia por meio dos discursos produzidos nas revistas *O Cruzeiro*, *Realidade e Veja*; Manuel Dutra (2005) toma como objeto de análise em sua tese de doutorado a produção de programas nacionais de televisão, especiais da Rede Globo, sobre a Amazônia (*Globo Ecologia*; *Série Amazônia /Telecurso 2000*; *Globo Repórter*; *Brasil por Natureza – 500 anos do Descobrimento*); Joice Bispo Santos (2003), observa a cobertura dos jornais locais do estado do Pará (*Diário do Pará* e *O Liberal*); Glaucete Monteiro (2007) analisa as representações das identidades paraense e amazônica na televisão local, a partir do programa “É do Pará!”, produzido por uma afiliada local da Rede Globo (TV Liberal).

De forma geral, constata-se, como já apontava o professor Armando Mendes (1974) em seu livro “A invenção da Amazônia” (1974), uma “pregação” única sobre a região, onde “as noções de exuberância de recursos e de insignificância humana”, como coloca Dutra (2005), surgem como o eixo central de uma lógica de operação recorrente dos discursos midiáticos sobre a Amazônia.

Para o jornalista Lucio Flavio Pinto editor do *Jornal Pessoal*, uma experiência rara de jornalismo independente que acaba de completar persistentes 20 anos nas bancas de Belém, a imprensa local e regional acaba por repetir estereótipos sobre a Amazônia, veiculados pela grande imprensa. Isso porque a imprensa no Pará, segundo ele, assim como as elites que representam, “têm se mostrado incapazes de acompanhar a história recente da Amazônia”.

A grande imprensa vê a Amazônia como o lugar onde ocorrem os fatos insólitos, originais e inéditos. Eles não conseguem fazer uma cobertura sistemática [...] É um interesse estandardizado. É o que se quer que seja a Amazônia. Essa é a regra para a Amazônia. (PINTO, 2004: s/p)

Recursividade de sentidos

Pela ótica na análise de discursos com base em Foucault (1975), tal recursividade compreende-se pelo fato de que todo texto e imagem apresentados pela imprensa, assim como aqueles produzidos por outros campos sociais, materializam uma ideologia, compreendida como visão de mundo, que é sempre “o ponto de vista de uma classe social a respeito da realidade, a maneira como uma classe ordena, justifica e explica a ordem social” (FIORIN,

2003: 29). As elites não mudaram essencialmente seus interesses sobre a região ao longo da história, portanto não mudaram também seus discursos.

Essa repetição de sentidos pode ser explicada por um outro viés, o da semiótica, naquilo que é conhecido como modo de endereçamento, denominado por Verón (1985) como “contrato de leitura”, isto é, a forma através da qual o emissor interpela seu público como sujeito do seu discurso. Cada emissor elabora o seu “outro”, imagina seu público-alvo de formas diferentes. A elaboração da mensagem passa pela idéia do convencimento do “outro”, através de verdades que vão ao encontro de verdades (que o emissor imagina) já reconhecidas pelo receptor (DUTRA, 2005).

De forma emblemática, tanto no discurso midiático quanto no discurso político, há esta tendência a dizer aquilo que se sabe que o outro vai reconhecer e, portanto, aceitar com menor resistência. Nesse caso, fala-se ou deixa-se de falar sobre a Amazônia, aquilo que já é esperado. Repete-se à exaustão a temática ambiental hiperbólica e se ocultam questões não facilmente reconhecíveis, como as questões da Amazônia urbana por exemplo.

Tal recursividade de sentidos sobre a Amazônia pode encontrar abrigo explicativo também na visão sistêmica do sociólogo alemão Niklas Luhman (1996) e no princípio da *autopoiesis* – termo emprestado da biologia e utilizado originalmente pelos chilenos Maturana e Varela (1974) para designar a capacidade de auto-reprodução de sistemas biológicos. Os sistemas sociais, nesse caso o sistema dos meios de comunicação, a exemplo dos sistemas biológicos, possuem autonomia e se reproduzem a partir de seu próprio repertório de informações, selecionadas a partir de códigos binários válidos. Para o sistema da Justiça, por exemplo, o que define sua operação interna é o código legal/não-legal; para o sistema de Saúde, doença/não-doença; para a Ciência, verdade/não-verdade; e para o sistema dos meios de comunicação, informação/não-informação.

No caso da Amazônia, a centralidade ambiental e o caráter mítico e exótico é o que define e delimita o campo de escolha do que é válido como informação/não-informação sobre a região. Os temas tratados funcionam como seletores, com maior ou menor valor informativo, conforme tornam-se reconhecidos como conhecidos (floresta, biodiversidade, desmatamento são os principais seletores/temas do momento), a ponto de gerarem opinião pública e a necessidade de que os meios de comunicação produzam cada vez mais informação, rápida e facilitada, sobre o assunto, para (re)abastecer as demandas do interesse do público. Cria-se assim um processo de recursividade pública capaz de construir o que o autor chama de *redundância social*, ou seja, conhecimento sobre o que é (ou deve) ser reconhecido como conhecido. Assim também os meios de comunicação costumeiramente

recorrem aos mesmos temas com reconhecido valor de informação ou noticiabilidade, como forma de garantir eficiência comunicativa, i.e., como forma de manter e expandir sua audiência.

Seja pela análise de discursos (Foucault, Fairclough, Fiorin, Orlandi, entre outros), seja explicação semiótica de Verón ou pela visão autopoética de Luhmann, fala-se ou deixa-se de falar sobre a Amazônia aquilo que já é esperado e mais rapidamente reconhecível pelo senso comum, também porque na base da operação dos modernos meios de comunicação está a velocidade com que novidades (facilmente compreensíveis e olvidáveis) possam se suceder.

Considerando que comunicar é dar existência, como define Barbero (2006), nessa construção de sentidos e representações, as populações locais têm permanecido historicamente negligenciadas ou invisibilizadas, e dessa forma excluídas da possibilidade de ser protagonista de seu próprio discurso e assim de determinar ou influenciar escolhas que afetem o seu destino e bem estar.

Pensar, portanto, a Amazônia para além do mito, ou seja, de formas mais condizentes com sua(s) realidade(s), deve passar pela possibilidade de criar também fluxos diversos de comunicação, através de mídias alternativas e populares, capazes de dar voz a novos protagonistas na produção de informação sobre e para a região.

Nesse sentido, é que se postula que rádios comunitárias, enquanto mídia alternativa e popular, são estruturas importantes para construção de uma visão não hegemônica da região, pautada no olhar sobre a realidade local e, portanto, potencialmente capazes de contribuir para gerar um novo imaginário da região, de dimensões mais diversas, mais condizente com a realidade integral e desafios da Amazônia.

Como ferramenta importante nas lutas pela democratização dos meios de comunicação e na luta por direitos e cidadania, as rádios comunitárias, devem ser entendidas, na perspectiva de Martín Barbero (2005), como lugares de mediação por onde circulam significados e onde se operam resistências sociais. Com potencial para desenvolver um papel mediador na construção de novas formas de participação social.

Comunicação alternativa, popular e comunitária

Três conceitos básicos caracterizaram as experiências de comunicação que a partir do final dos anos 60 se contrapõem à comunicação massiva das grandes empresas de comunicação com uma proposta de comunicação diferenciada: *comunitário, popular e alternativo*. Todas as três noções se referem ao mesmo contexto de práticas de comunicação ligadas à organizações (em geral à igreja, sindicatos e mais recentemente à ONGs) que objetivavam contribuir para a consolidação de um modelo de comunicação horizontal, ou

seja, um modelo no qual a participação popular constituísse o diferencial não só da produção da informação como da gestão de meios.

Um modelo de comunicação horizontal deveria basear-se, segundo Beltrán (1981), em três pilares: “exercício efetivo do direito de receber mensagens; exercício efetivo do direito de transmitir mensagens e o exercício do direito de tomar parte no processo de produção e transmissão das mensagens”. Ou seja, ao contrário do modelo dominante de comunicação vertical, um sistema de comunicação pode ser considerado participativo quando ambos interlocutores têm a mesma oportunidade de gerar suas próprias mensagens e popular quando torna possível mecanismos que garantam que os setores populares falem daquilo que eles próprios querem falar (DORNELLES, 2007, FESTA, 1984; BERGER, 1989).

As rádios comunitárias trazem características das três categorias de significação: constituem-se em experiência de mídia *alternativa*, enquanto espaço contra-hegemônico na disputa pelo protagonismo no processo de produção de informação e sentido; *popular* porque oriundo, majoritariamente, de processos de mobilização e emancipação de segmentos sociais excluídos do acesso a bens e direitos e *comunitário*, por ser a própria qualidade de se originar a partir de interesses comuns e coletivos de um dado grupo ou uma dada localidade, o que a distingue e define enquanto meio de comunicação.

Fenômeno importante, crescente, porém ainda “invisível”

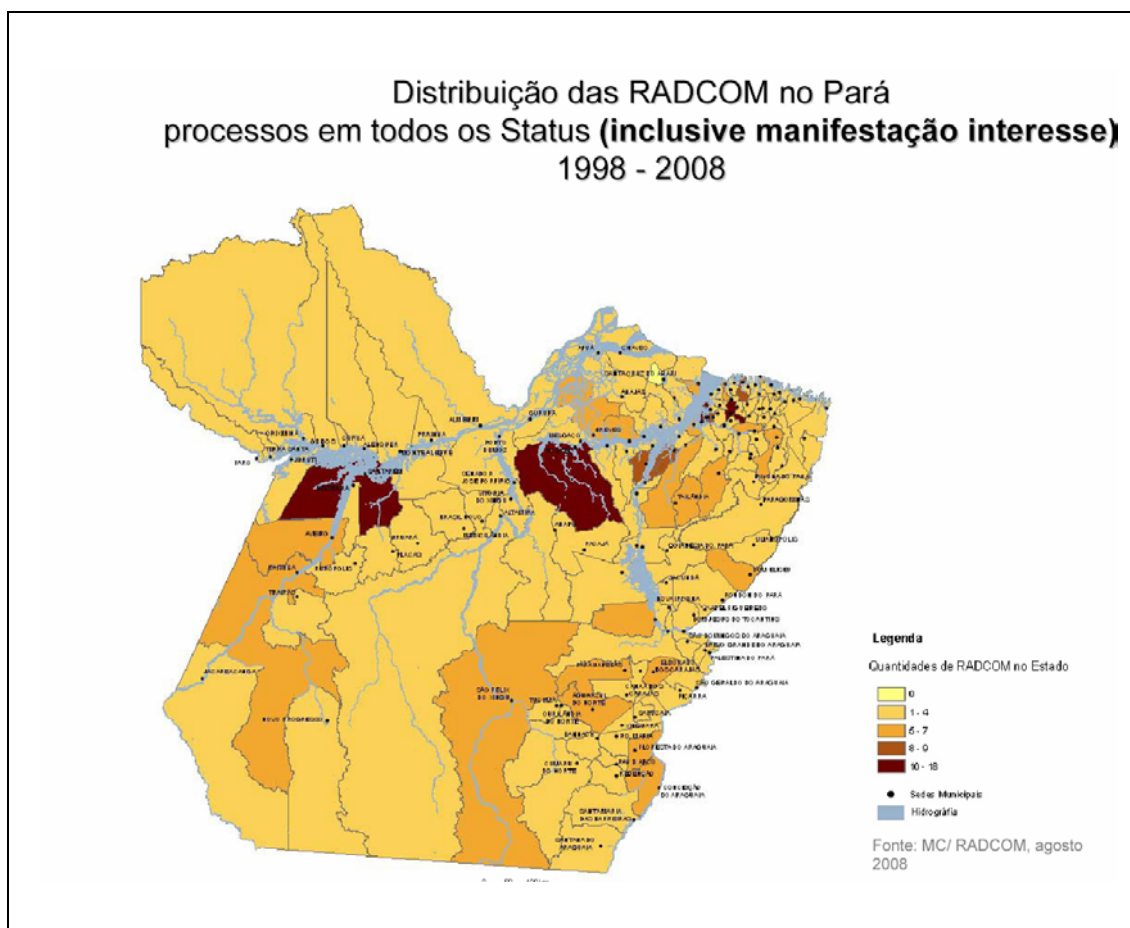
As rádios comunitárias representam no Brasil um fenômeno comunicacional sem precedentes. no país. Um fenômeno de mídia alternativa que acontece nos estratos mais populares da sociedade ou naqueles que, de alguma forma, sofrem exclusão, senão material subjetivamente (minorias), porém ainda invisível à sociedade em geral e pouco reconhecido por gestores públicos.

Existem hoje espalhadas pelo Brasil mais rádios comunitárias do que emissoras de FM (frequência modulada) ou de AM (ondas médias). Em uma década, desde sua regulamentação por lei federal em 1998 (Lei nº 9612), o número de emissoras de baixa potência (até 25 wats) e reduzido alcance (1 km de raio), vinculadas ao menos oficialmente a associações comunitárias sem fins lucrativos e registradas pelo Ministério das Comunicações (MiniCom, 2008) já passa de três mil, o que representa cerca de 38% da radiodifusão sonora do país. Um número subestimado que tende a ser muito maior.

Na Amazônia, cerca de 350 rádios comunitárias já foram outorgadas pelo Ministério (Agosto, 2008), mas não existem estimativas do número real de emissoras que estariam operando na região. Considerando a perspectiva nacional (seis não regulamentadas para cada outorgada), o volume na região amazônica pode superar 2.000 emissoras em funcionamento.

No Pará, onde se concentra a maior parte (cerca de 40%) das rádios comunitárias autorizadas da Região Norte, mesmo levando em conta apenas os dados oficiais, é possível dizer que elas estão (autorizadas ou não autorizadas, abrindo e fechando, ou sendo fechadas) em todos os cantos do estado).

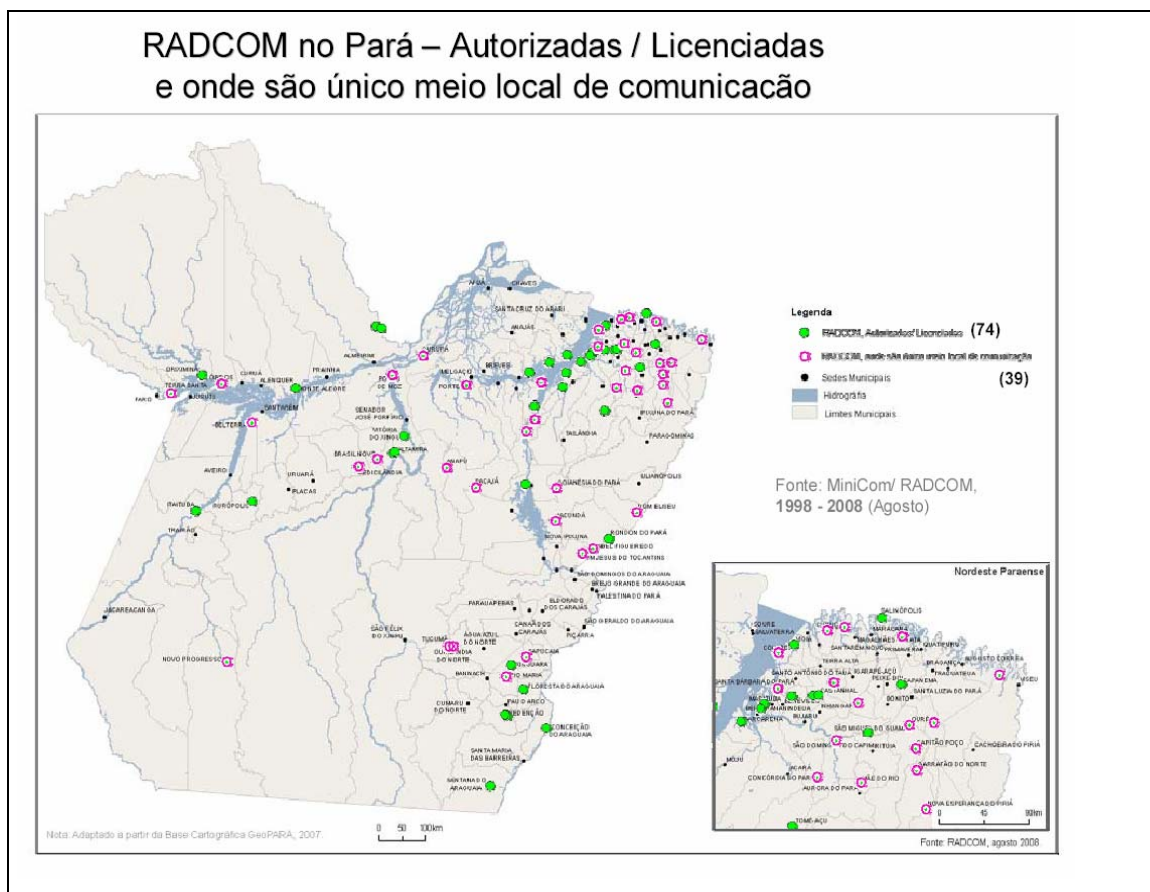
Se entendermos, como é sabido, que primeiro os grupos sociais locais colocam as rádios “no ar” para depois buscar a legalização, é possível afirmar que no Estado do Pará, há rádios comunitárias por toda parte. De fato, apenas num único município paraense não há registro, ao menos oficialmente, de alguma iniciativa de legalização de rádio comunitária. Para se ter uma idéia, dos 143 municípios paraenses, em apenas um único⁹, conforme mapa acima (Mapa 1), nenhuma associação comunitária nunca deu entrada na *via crucis* da burocracia junto ao Ministério das Comunicações. Em todos os outros, há emissoras autorizadas ou licenciadas (74), em processo de análise (84), arquivadas (299) ou ainda aguardando aviso de habilitação (218) por parte do governo.



Como a radiodifusão sonora comercial (AM ou FM) está presente em menos da metade dos municípios do estado, isso significa dizer que, na grande parte dos municípios

⁹ Santa Cruz do Arari, mesoregião do Marajó.

paraenses, em especial nas localidades entre 20 e 50 mil habitantes, as rádios comunitárias deixam de ser uma “mídia alternativa” para constituir-se no único meio de comunicação com chances de produção local de informação. Para ser mais exata, na perspectiva mais conservadora, conforme mapa abaixo, metade das 74 emissoras comunitárias já autorizadas ou licenciadas (em verde) são, para a população de 39 municípios do Estado (com contorno cor-de-rosa), a única opção local de veículo de comunicação de massa (mapa 2).



Apesar dos números impressionantes, sabe-se muito pouco sobre as rádios comunitárias, faltam estudos sobre o fenômeno na região. Quantas das rádios comunitárias em funcionamento representam de fato uma alternativa de qualidade e participação popular na comunicação ou quantas são apenas a repetição em pequena escala dos vícios da grande mídia nacional? Quantas delas transmitem outras versões dos fatos, comunicam eventos de interesse local, divulgam a cultura e o saber local que não aparecem nos grandes meios? Quantas das emissoras que se definem como comunitárias são de fato um canal para a população organizada exercitar localmente uma comunicação plural, democrática e sustentável?

Não há respostas para tais questionamentos. Sabe-se que as potencialidades são reais, ainda que não calculadas. Sabe-se também, no entanto, que ser “pequena” não significa, como

alerta Matellart (2005), ao se referir às disputas pelo campo midiático, estar automaticamente ao lado da virtude. Estudo recente de Lima e Aguiar Lopes(2007) mostra que metade (50,1%) das emissoras comunitárias autorizadas pelo Ministério das Comunicações entre 1998 e 2004 padece dos mesmos males do “coronelismo eletrônico” que afeta historicamente a radiodifusão no país, ligada à políticos e à política partidária e a seus vícios (clientelismo, nepotismo, apadrinhamentos). Um “coronelismo”, porém, de um novo tipo – não vinculado à deputados e senadores, mas, na medida de sua atuação local, à prefeitos, ex-prefeitos, vereadores ou candidatos a tal, o vínculo político influenciando no andamento dos processos de autorização. Na região Norte, essa média foi ainda maior (60,2%).

Rádios comunitárias: entre “empoderamento” e “esfera pública”

Pode-se afirmar, entretanto, que as mídias alternativas de forma geral e as rádios comunitárias, quando autênticas, de forma específica, enquanto resultado de um processo de reação contra-hegemônica de grupos organizados em torno do direito à comunicação, se encaixam numa abordagem híbrida de construção do desenvolvimento sustentável, entre o “empoderamento” de Friedman e a “esfera pública” de Habermas.

Jürgen Habermas, em sua teoria da Ação Comunicativa (1996), defende um modelo de democracia deliberativa”que tem como elementos básicos o papel fundamental atribuído à sociedade civil e a institucionalização de procedimentos democráticos, a partir da criação e fortalecimento de uma esfera pública nativa (FREY, 2005: 115).Essa esfera pública seria a instância geradora de poder legítimo, a dimensão da sociedade onde se daria o intercâmbio discursivo. Ou seja, no modelo habermasiano, a legitimação política provém da formação institucionalizada da opinião e da vontade públicas.

O modelo de Habermas prevê uma sociedade civil forte e autônoma, onde o processo comunicativo teria o potencial gerador de solidariedade. Com relação à Amazônia, levando-se em conta um cenário marcadamente dominado pelas elites oligárquicas locais e onde a sociedade civil é menos articulada, as possibilidades do modelo habermasiano, num primeiro momento, se escasseiam, na medida em que a própria distribuição desigual de poder refreia a imposição de uma racionalidade comunicativa com vistas ao consenso.

Jonh Friedman (1996), por sua vez, aposta antes na luta dos excluídos “contra o poder dominante das elites tradicionais”. Friedman (1996), parte das condições peculiares dos países em desenvolvimento para desenvolver sua teoria do “collective self-empowerment”, ou simplesmente “empowerment” (traduzido como empoderamento), a qual se adéqua muito bem a regiões tidas como “periferia da preferência” - como é o caso da região amazônica, onde impera

muitas vezes a escassez de instituições reguladoras do processo democrático e a ausência do Estado.

Sua ênfase está na necessidade de uma luta dos grupos e dos indivíduos excluídos para conquistar acesso ao poder social e, na seqüência, político. Em algumas circunstâncias, seria preciso primeiro criar as condições básicas, “o acesso ao poder social”, para, em um segundo momento, poder chegar ao modelo de Habermas, baseado no entendimento mútuo.

A participação, para as duas abordagens, torna-se peça fundamental no próprio modelo de sustentabilidade. “Partindo da suposição que a falta de sustentabilidade, o mau desenvolvimento, é conseqüência de uma distribuição desigual de poder, reivindica-se uma transformação dessas condições de poder. Ou seja, defende-se um peso maior dos interesses anteriormente marginalizados nos processos de decisão política” (FREI, 2005: 114).

Nessa perspectiva, o desenvolvimento sustentável vem a ser, portanto, uma questão eminentemente política e a expansão da participação, a partir da expansão da inclusão na construção dos discursos/sentido, seria condição fundamental à própria sustentabilidade.

Acenos conclusivos: Rádios comunitárias & desenvolvimento sustentável

O que está em foco no caso das rádios comunitárias no interior da Amazônia é a possibilidade de observar, entender e apoiar o surgimento de novos usos sociais dos meios de comunicação e de uma institucionalidade nova (BARBERO, 2006). De forma ideal, as rádios comunitárias tendem a ocupar um papel importante tanto no processo de empoderamento e articulação dos interesses locais bem como na construção de uma esfera pública por meio do fortalecimento do processo discursivo de coletividades anterior ou tradicionalmente não incluídas como sujeitos da comunicação.

Entender como se situam e como operam tais experiências comunicativas em seus contextos pode significar uma melhor compreensão das dinâmicas de resistência ou aceitação, de contestação ou submissão às lógicas e sentidos impostos pelo sistema global e tradicional dos meios de comunicação de massa. A persistência de formas particulares de expressar modos de vida peculiares parece ser então algo importante para a construção de um desenvolvimento sustentável, no seu sentido mais ampliado, em cenário (etno-bio-socio-cultural) tão diverso como o da região amazônica.

O fenômeno das rádios comunitárias, enquanto mídia alternativa, popular e comunitária, em especial em localidade do interior da Amazônia, está assim, portanto, a demandar da academia e dos gestores públicos, atenta observação e debate. Citando Martín-Barbero (2006:20), parece estarmos diante, na “lenta formação de novas esferas do público” (na Amazônia), de “novas formas de imaginação e criatividade social”, capazes, talvez, pelo exercício da comunicação cidadã e do protagonismo local, de recuperar memórias, tecer

novos laços de pertença ao território e desenhar, de forma menos desigual, um imaginário mais integral das realidades amazônicas.

Bibliografia

- BARQUERO, Antonio Vázquez. Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística – UFRGS Editora, 2002.
- BERGER, Christa. A Comunicação Emergente: Popular e/ou Alternativa no Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 1989.
- BUENO, Magali Franco. O imaginário brasileiros sobre a Amazônia: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos e da mídia impressa. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana-USP, São Paulo, 2002. 187 p. Disponível em http://www.Dissertação_Magali_Saber_USP.pdf Acessado em 05.11.2006.
- CANCLINI, Néstor Garcia. Prefácio do livro Dos Meios às Mediações. Jesús Martín-Barbero. Rio de Janeiro, UFRJ, 2006.
- CASTELLS, Manuel. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultural. Volume I: A Sociedade em Rede (1999). 9ª ed. São Paulo: 2006.
- CHESNAIS, François. A Mundialização do Capital. São Paulo: Xama, 1996.
- COSTA, F. de A. Diversidade Estrutural e Desenvolvimento Sustentável: novos supostos de política de planejamento agrícola para a Amazônia IN: Perspectivas do Desenvolvimento Sustentável: uma contribuição para a Amazônia 21. Tereza Ximenes (Org.). Belém: Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos; Associação de Universidades Amazônicas, 1997. 657 p
- DORNELLES, Beatriz. Divergências conceituais em torno da comunicação popular e comunitária na América Latina. E-Compós - Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Agosto de 2007. Disponível em: www.compos.org.br/e-compos
- DUTRA, Manuel Sena. A Natureza da TV: uma leitura dos discursos da mídia sobre a Amazônia, biodiversidade, povos da floresta... Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (UFPA), 2005.
- FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e Mudança social. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- FESTA, Regina & LINS E SILVA, Carlos Eduardo. Comunicação popular e alternativa no Brasil. São Paulo, Edições Paulinas, 1986.
- FESTA, Regina: Comunidades Eclesiais de Base e comunicação. In: Carlos Eduardo Lins da Silva (Org.). Comunicação, Hegemonia e contra-informação. São Paulo: Cortez, INTERCOM, 1982. Pp.173-191.
- FIORIN, José Luiz. Linguagem e Ideologia. 7 ed. São Paulo: Ática, 2003.
- FONSECA, Denise. Discutindo Os Termos De Uma Equação De Congruência: Cultura E Desenvolvimento Sustentável. Em Debate 01 (2005), PUC - Rio. Disponível em: http://www.maxwell.lambda.ele.pucRio.br/cgi-bin/PRG_0599.EXE/6558.PDF?NrOcoSis=18222&CdLinPrg=pt
- FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do Saber. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. (pp. 23-77) Terra. 10ª ed. 1988.
- FREY, Klaus. Concepções de Desenvolvimento Sustentável e as Perspectivas de Gestão Local. In: Maria Célia Nunes Coelho e Armin Mathis (Orgs.). Políticas Públicas e Desenvolvimento Local na Amazônia: Uma agenda em debate. Belém: UFPA/NAEA, 2005. 109-123.
- GINDRE, Gustavo. A sociedade civil brasileira e a luta pela democratização das comunicações. Fundação Ford, 2004. Disponível em:

http://www.direitoacomunicacao.org.br/novo/content.php?option=com_docman&task=search_result

GODOY, Amalia Maria Goldberg . A Declaração de Cocoyoc. Artigo postado em 13 de Outubro de 2007. Disponível em> <http://amaliagodoy.blogspot.com/2007/10/declarao-de-cocoyoc.html>

HABERMAS, J. Teoria de la acción comunicativa I - Racionalidad de la acción y racionalización social. Madri: Taurus, 1987b.

LIMA, Venício A. de. Mídia: Teoria e Política. São paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

LIMA, Venício A. e LOPES, Cristiano Aguiar. Rádios Comunitárias: coronelismo eletrônico de novo tipo (1999-2004). As autorizações de emissoras como moeda de barganha política. Observatório da Imprensa/ PROJOR –Instituto para o desenvolvimento do Jornalismo, Junho de 2007. Disponível em

http://www.observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/download/Coronelismo_eletronico_de_novo_tipo.pdf Acessado em 04.12.2007

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Dos Meios às Mediações: Comunicação, cultural e hegemonia. 4ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

MATTELART, Armand. A comunicação na Aldeia Global. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005..

MORAES, Dênis. A comunicação sob domínio dos impérios multimídias. In: Desafios da Comunicação. Ladislav Dowbor, Octavio ianni, Paulo-Edgar A. Resende e Hélio Silva (Orgs.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. Pp.13-19.

Ministério das Comunicações. Dados atualizados sobre Rádios Comunitárias. Disponível em: <http://www.mc.gov.br/radio-comunitaria>. Acessado em Agosto e Setembro de 2008.

PINTO, Lúcio Flávio. Amazônia: perda no rumo da história. In: Martin Coy e Gerd Kohlhepp (Coord.). Amazônia sustentável: desenvolvimento sustentável entre políticas públicas, estratégias inovadoras e experiências locais. Rio de janeiro: Garamond, 2005. Pp. 15-23.

_____ Contra o Poder. 20 anos de Jornal Pessoal: uma paixão amazônica. Belém: edição do Autor, 2007.

RUBIN, Antonio Albino Canelas. Contemporaneidade, (idade) mídia e democracia. In: Desafios da Comunicação. Ladislav Dowbor, Octavio Ianni, Paulo-Edgar A. Resende e Hélio Silva (Orgs.). Petrópolis, RJ.: Vozes, 2000. PP. 79-92.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTAELLA, Lúcia. A crítica das mídias na entrada do século XXI. In: Crítica das práticas midiáticas: da sociedade de massa às ciberculturas. José Luiz Aidar Prado (Org.). Sao Paulo: Hacker Editores, 2002. Pp.44-57

SANTOS, Vanja Joice Bispo. Leituras da floresta: a construção da Amazônia na mídia impressa brasileira. Dissertação de mestrado, Programa Interinstitucional de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea UFBA/UFPA. Salvador: UFBA. 2002.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. Companhia das Letras. São Paulo. 2000

TASCHNER, Gisela. Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, John B. A Mídia e a Modernidade. Uma Teoria Social da Mídia. Petrópolis, Rj.:Vozes, 1998.

VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.